

A MELHORIA DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM POR MEIO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ARTICULADA À AVALIAÇÃO EXTERNA

The Improvement of the Teaching-Learning Process through Institutional Evaluation Linked to
External Evaluation

Alexandre GIACOMINI¹
Everton LÜDKE²

RESUMO

Este artigo, de caráter quanti-qualitativo, tem como objetivo descrever e comparar a percepção de grupos focais, constituídos por diretores, supervisores, professores e representantes do círculo de pais e mestres (CPM) de duas escolas públicas (uma municipal e outra estadual) e uma privada, do município de Restinga Sêca/RS, acerca de sua autoavaliação institucional articulada à avaliação externa. A metodologia utilizada foi segundo a modalidade de pesquisa de campo e o instrumento usado para a coleta de dados foi o questionário. Os resultados apontam que tanto as escolas públicas quanto a particular realizam sua autoavaliação institucional, contudo, apenas as instituições públicas participam de avaliações externas e de planos de metas do governo. A conclusão sinaliza o papel fundamental da avaliação institucional, articulada à avaliação externa, e a sua necessária implicação para as práticas desenvolvidas no interior da escola. Além disso, o diálogo entre a avaliação externa e a institucional deve constituir-se como um instrumento valioso a fim de que possa permitir às escolas reunir condições para avançar seus projetos pedagógicos, bem como contribuir de fato para que o processo ensino-aprendizagem avance e se tenha resultados mais satisfatórios. É necessário, nesse sentido, que se busque oferecer alguns aspectos provocativos e relevantes para um repensar coletivo de todos os envolvidos no processo educativo, e que visem um ensino de qualidade, significativo, pautado em valores éticos, políticos e sociais, respeitando-se a diversidade, demonstrando um compromisso responsável nas ações direcionadas ao sucesso do aluno.

Palavras-chave: Avaliação institucional. Avaliação externa. Autoavaliação institucional. Ensino de qualidade.

ABSTRACT

This quantitative-qualitative article aims to describe and compare the perception of focus groups, consisting of directors, supervisors, teachers and representatives of the circle of parents and teachers (CPM) of two public schools (one municipal and one state) And a private one, from the city of Restinga Sêca/RS, about their institutional self-assessment articulated to the external evaluation. The methodology used was according to the field research modality and the instrument used for the data collection was the questionnaire. The results show that both public and private schools carry

¹ Professor de Física e Matemática do Colégio Militar de Santa Maria/RS. Doutor e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (PPGECQVS) da Universidade Federal de Santa Maria/RS. E-mail: alexandregiacomini10@gmail.com

² Professor Doutor do Departamento de Física da Universidade Federal de Santa Maria/RS e orientador do Curso de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (PPGECQVS) e do curso de Pós-Graduação em Educação Matemática e Ensino de Física (PGEMEF). E-mail: evertonludke@gmail.com

out their institutional self-assessment, however, only public institutions participate in external evaluations and government goal plans. The conclusion points to the fundamental role of the institutional evaluation, combined with the external evaluation, and its necessary implication for the practices developed within the school. In addition, the dialogue between external and institutional evaluation should be a valuable tool in order to enable schools to combine conditions to advance their pedagogical projects, as well as to contribute to the progress of the teaching-learning process. If you have more satisfactory results. It is necessary, in this sense, to offer some provocative and relevant aspects for a collective rethink of all those involved in the educational process, and that aim at a quality education, based on ethical, political and social values, respecting Diversity, demonstrating a responsible commitment in the actions directed to the success of the student.

Keywords: Institutional evaluation. External evaluation. Institutional self-evaluation. Quality education.

INTRODUÇÃO

Um instrumento capaz de contribuir com a análise e as reflexões propostas pelas políticas públicas de educação e de avaliação no âmbito global das redes de ensino e no âmbito próprio das unidades escolares é, sem dúvida, a avaliação institucional, articulada à avaliação externa. Esses tipos de avaliações têm o objetivo de conhecer a realidade escolar e assim favorecer a efetividade do processo ensino-aprendizagem.

A importância deste trabalho é ressaltar o papel fundamental da avaliação institucional, articulada à avaliação externa, e a sua necessária implicação para as práticas desenvolvidas no interior da escola. Além disso, é necessário que se busque oferecer alguns aspectos provocativos e relevantes para um repensar coletivo de todos os envolvidos no processo educativo, e que visem um ensino de qualidade, significativo, pautado em valores éticos, políticos e sociais, respeitando-se a diversidade, demonstrando um compromisso responsável nas ações direcionadas ao sucesso do aluno.

Sob esse prisma, o presente artigo tem como objetivo descrever e comparar a percepção de grupos focais, configurados por diretores, supervisores, professores e representantes do círculo de pais e mestres (CPM) de duas escolas públicas (uma municipal e outra estadual) e uma privada, do município de Restinga Sêca/RS, acerca de sua autoavaliação institucional articulada à avaliação externa.

ARTICULAÇÕES ENTRE A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A AVALIAÇÃO EXTERNA.

A avaliação educacional deve estar articulada com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB) e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM). As DCNEM indicam três dimensões básicas de avaliação: avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e avaliação externa (BRASIL, 2012). Ressalta-se, no entanto, que as duas últimas fazem parte do foco deste trabalho.

A avaliação da aprendizagem pode ser entendida como aquela que o professor faz no dia a dia da sala de aula. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pode ser adotada visando à promoção, aceleração de estudos e classificação, e deve ser desenvolvida pela escola refletindo a proposta expressa em seu projeto

político-pedagógico (BRASIL, 1996).

Já a avaliação institucional é aquela realizada a partir da proposta pedagógica da escola, assim como planos de trabalho e de ensino, que devem ser avaliados sistematicamente, para que se verifiquem avanços da instituição e possíveis reformulações, envolvendo a participação de alunos, professores e equipes de gestão. A avaliação institucional, na maior parte dos casos, é interna (BRASIL, 2013).

Finalmente, a avaliação externa, também apresentada algumas vezes como avaliação de redes de escolas ou avaliação em larga escala, é responsabilidade do Estado, seja realizada pela União, seja pelos demais entes federados. No cenário nacional, pode-se apontar como exemplos: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do Ensino Médio, no Ensino Médio; a Prova Brasil e a Provinha Brasil, no Ensino Fundamental. Esses, juntamente com as taxas de aprovação, são utilizados no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), instituído com a finalidade de medir a qualidade de cada escola e de cada rede (FERNANDES, 2007).

As avaliações externas não podem ser tomadas como proposta curricular, porém apenas como um referencial. Contudo, podem permitir que as equipes escolares efetuem dois movimentos: um, de comparação consigo mesma, por conta das séries históricas, e outro em relação a outras escolas do Estado, da região ou do Brasil, conforme os dados aos quais tenha acesso (BRASIL, 2013).

Dessa forma, os resultados das avaliações externas podem e devem ser utilizados como parte do processo de avaliação do projeto educacional de cada escola e, por isso, vêm a alimentar sua avaliação institucional.

Considerando-se a importância de articular as avaliações externas com as avaliações internas da escola, ponto central deste artigo, a avaliação institucional deve pautar-se, segundo Dias Sobrinho (2002), por um conjunto de princípios, tais como:

- *Ser formativa*, no sentido que a avaliação não pode focar no controle e restringir-se a fiscalizar, contudo deve ser um amplo e democrático processo de compreensão, organização e transformação institucional;
- *Ser democrática e participativa*, pois a educação necessita comprometer-se com os interesses públicos e coletivos, tanto das comunidades como do Estado;
- *Ser global*, pois necessita entender o conjunto da instituição, respeitando as especificidades de suas partes, porém relacionando-as com o projeto institucional e com o projeto pedagógico na sua globalidade;
- *Ser contínua*, ser sistemática, permanente, uma prática natural do fazer educativo ao longo de sua práxis pedagógica;
- *Ser integrativa*, para construir a perspectiva de conjunto da instituição escolar através da integração e articulação institucional;
- *Ser processual*, balizada numa percepção de processo, de ação e de relações sociais com competências que acabam formando e educando as pessoas;
- *Ser qualitativa*, no sentido de dar juízo, valorar, dar sentidos e significados, sem negar os dados e indicadores quantitativos;
- *Ser flexível*, pois dá margens para adaptar-se, atualizar-se e desenvolver-se enquanto processo dinâmico, vivo, plural e de permanente mudança;
- *Buscar a legitimidade e a credibilidade junto à comunidade em que está inserida*, pois o respeito é o parâmetro que uma instituição social como a escola deve ter como reconhecimento de sua atuação social; e, por fim,

- *Ser institucionalizada*, porque deve desenvolver uma cultura permanente de autoavaliação, estabelecendo processos de comunicação com a comunidade escolar e com a sociedade, relacionando-se com o todo da instituição e construindo a legitimidade por meio destes mesmos processos.

Além do autor supramencionado, outros estudiosos reforçam a importância da avaliação institucional, como Blasis, Falsarella e Alavarse (2013) e Oliveira (2008).

Avaliar uma instituição como a escola é uma tarefa difícil, complexa e abrangente, pois haverá pontos discordantes quanto ao melhor meio de realizá-la e quanto à aferição dos resultados. Tais características também se aplicam ao processo de autoavaliação, que requer um olhar interno para avaliar as próprias estruturas, atividades e uma gama de processos. No caso de uma autoavaliação institucional, a magnitude da tarefa torna-a ainda mais complexa, porém não inexecutável. Ao avaliar uma instituição escolar, é fundamental que se mantenha uma postura mirando ao mesmo tempo o passado e o futuro.

A autoavaliação de uma instituição constitui:

[...] um processo por meio do qual um curso ou instituição analisa internamente o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro. (BRASIL, 2004, p. 20).

Nesse sentido, a autoavaliação institucional não se reduz à simples atribuição de notas ou conceitos à infraestrutura e às atividades desenvolvidas na mesma e muito menos à definição de um diagnóstico revelado por um número, mas criar, dentro da comunidade escolar a cultura de reflexão sobre suas práticas e traçar mecanismos de gestão e participação que levem à melhoria da qualidade do ensino de forma integrada.

Para corroborar nessa discussão de avaliação institucional interna e externa no ambiente educacional, é importante destacar o Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP/RS), instituído por meio do Decreto nº 48.744, de 28 de dezembro de 2011. Esse sistema possibilita às escolas, às Coordenadorias Regionais (CRE) e ao órgão central da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) realizar uma reflexão sobre as ações e condições sob as quais está sendo desenvolvido o processo de ensino-aprendizagem na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (RS). (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

O SEAP/RS é constituído por seis dimensões (Gestão Institucional; Espaço Físico da Instituição; Organização e Ambiente de Trabalho; Condições de Acesso, Permanência e Sucesso na Escola; Formação dos Profissionais da Educação; Práticas Pedagógicas e de Avaliação), cinquenta indicadores (desdobramentos das dimensões em que se apresentam as várias questões presentes que podem pormenorizar o funcionamento de um determinado aspecto das tarefas de gestão da Secretaria) e descritores (sempre numa gradação de 1 a 5, apresentam cada indicador em vários cenários – da situação mais crítica (1) à situação mais favorável (5)). Essa estruturação está balizada em outros processos de avaliação institucional de várias organizações governamentais e não governamentais comprometidas com a melhoria contínua da qualidade social da educação. (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Esta avaliação institucional tem como foco contribuir para a consolidação de princípios e conceitos que fundamentam o trabalho na Rede Estadual de Ensino e estruturam o cotidiano das escolas do RS, como gestão democrática, participação, conhecimento como construção do sujeito, avaliação emancipatória, dentre outros.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho, quanto ao método e a forma, caracterizou-se pelo enfoque quanti-qualitativo (BOGDAN; BIKLEN, 2003; LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Em consonância com o paradigma qualitativo, os dados quantitativos obtidos são levados em conta para a contextualização da realidade da instituição e para respaldar o aprofundamento da abordagem qualitativa.

A metodologia utilizada foi segundo a pesquisa de campo (GIL, 2008), pois procurou o aprofundamento da realidade, no que tange a autoavaliação institucional de duas escolas públicas e uma privada do município de Restinga Sêca/RS. Além disso, ela é basicamente realizada por meio de questionários e entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do ocorrem naquela realidade.

A empiria foi realizada em meados de outubro de 2014 e seus sujeitos pesquisados foram três grupos focais, constituídos de quatro integrantes – um diretor, um supervisor, um professor e um representante do círculo de pais e mestres (CPM) – de duas instituições/escolas públicas (uma municipal e outra estadual) e uma privada, do município de Restinga Sêca/RS.

A escola pública estadual oferece apenas ensino médio e conta com aproximadamente 700 alunos. Já a escola pública municipal oferece apenas ensino fundamental, do pré-escolar até o 9º ano, e conta com aproximadamente 400 alunos. Finalmente, a escola privada oferece creche, pré-escola e ensino fundamental até o 5º ano, e conta com aproximadamente 60 alunos.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário contendo sete questões, entre elas, algumas abertas e outras fechadas. Ele foi respondido pelos três grupos focais supramencionados em sala reservada na sua própria escola.

A finalidade desse instrumento era a percepção dos integrantes de cada um dos três grupos focais a respeito das dimensões da autoavaliação institucional.

O processo de autoavaliação institucional visa despertar nos gestores administrativos a conscientização da importância da avaliação como instrumento de planejamento e de mudança (FERREIRA, 1979).

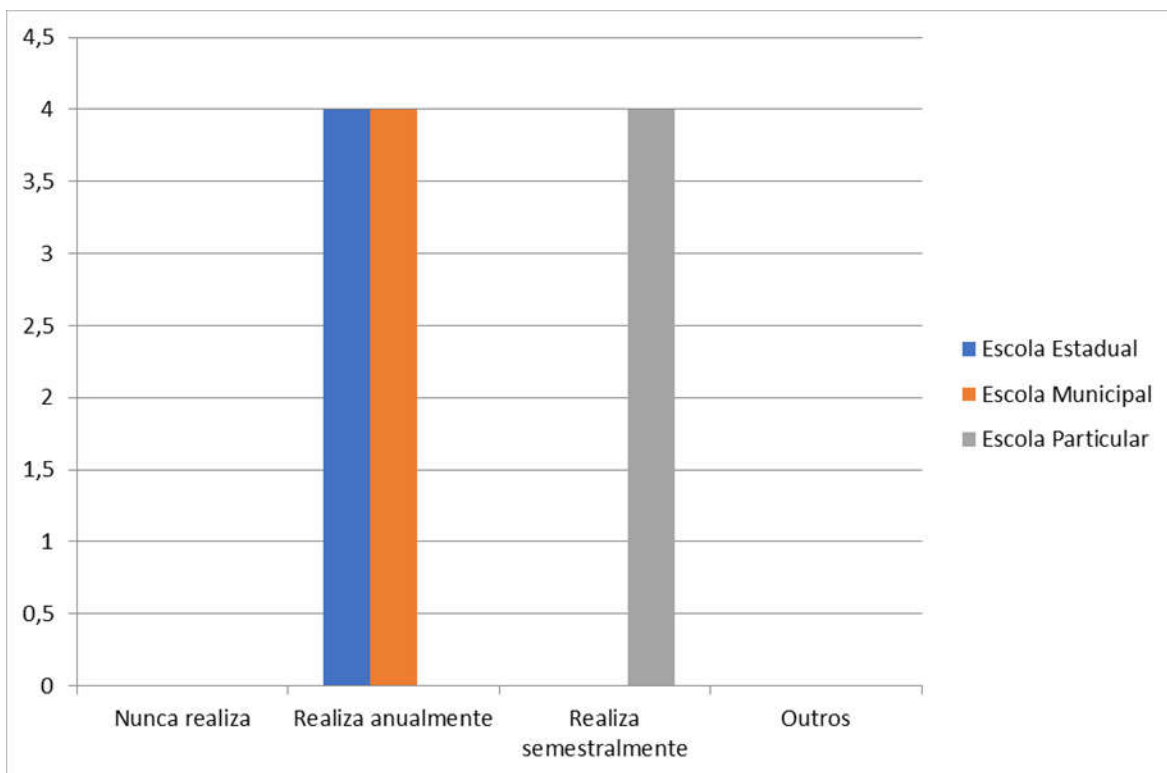
A metodologia de análise utilizada mesclou técnicas quantitativas (estatística descritiva e inferencial por meio da apresentação de gráficos) e qualitativas (codificação e avaliação temática).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção procura-se apresentar os resultados, que são explanados por meio de gráficos e descrições, bem como, analisar e discutir os sete itens abrangidos pelo questionário que foi aplicado aos três grupos focais – constituídos por um diretor, um supervisor, um professor e um representante do círculo de pais e mestres (CPM) – de duas escolas públicas (uma municipal e outra estadual) e de uma escola privada do município de Restinga Sêca/RS.

No que tange ao primeiro item analisado, procurou-se questionar a escola com relação à frequência que era realizada a autoavaliação institucional. Entre as alternativas propôs-se: nunca realiza, realiza anualmente, realiza semestralmente, outros. Os resultados são apresentados no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1: Frequência da autoavaliação institucional



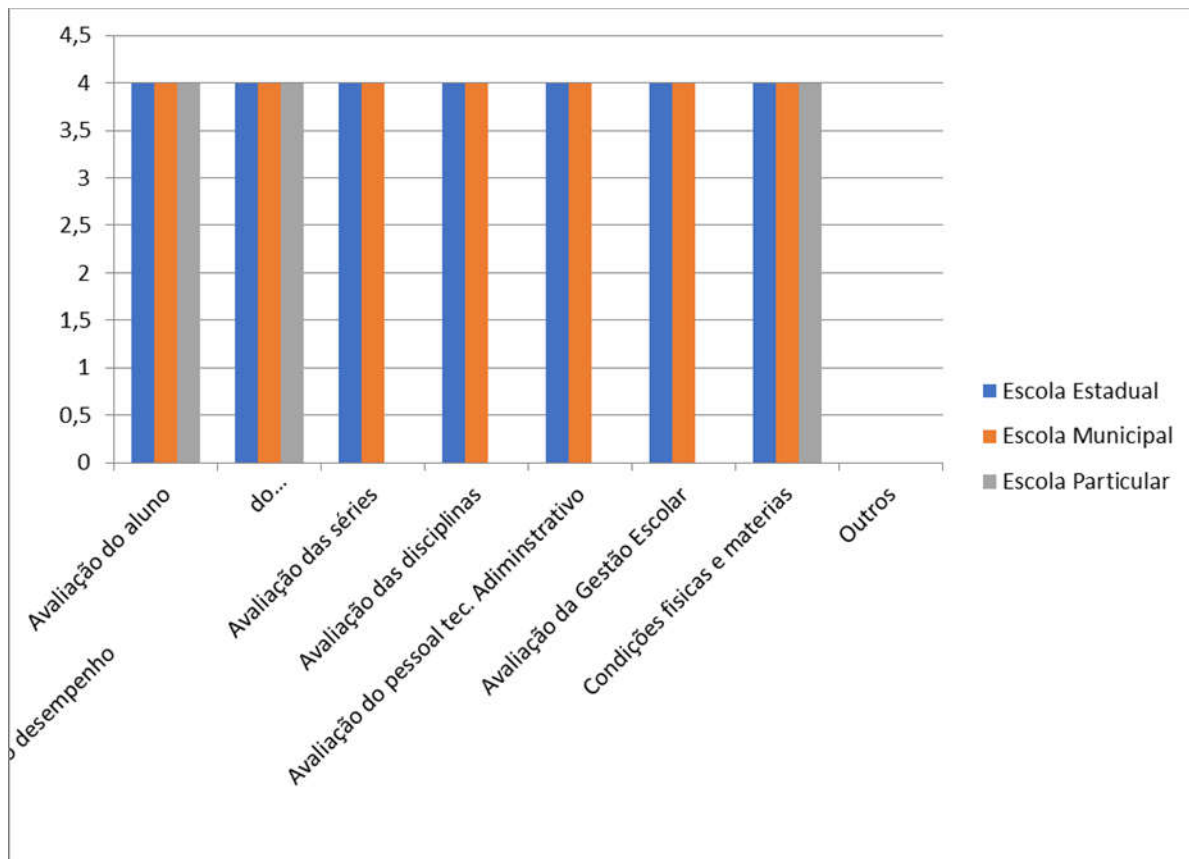
Fonte: autores (2015).

Observa-se do gráfico 1 que quando questionados sobre a frequência que a instituição realiza a autoavaliação Institucional, as escolas públicas (estadual e municipal) responderam que a realizam anualmente e a escola privada realiza com mais frequência, ou seja, semestralmente.

Nota-se, nesse sentido, que os entrevistados, de modo geral, possuem uma preocupação com o processo de autoavaliação de sua instituição.

No que concerne ao segundo item analisado, buscou-se interrogar a escola com relação aos tópicos abordados na autoavaliação institucional. Entre as alternativas colocou-se: avaliação do aluno, avaliação do desempenho do docente, avaliação das séries, avaliação das disciplinas, avaliação do pessoal técnico administrativo, avaliação da gestão escolar, condições físicas e materiais, outros. Os resultados são apresentados no gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2: Tópicos abordados na autoavaliação



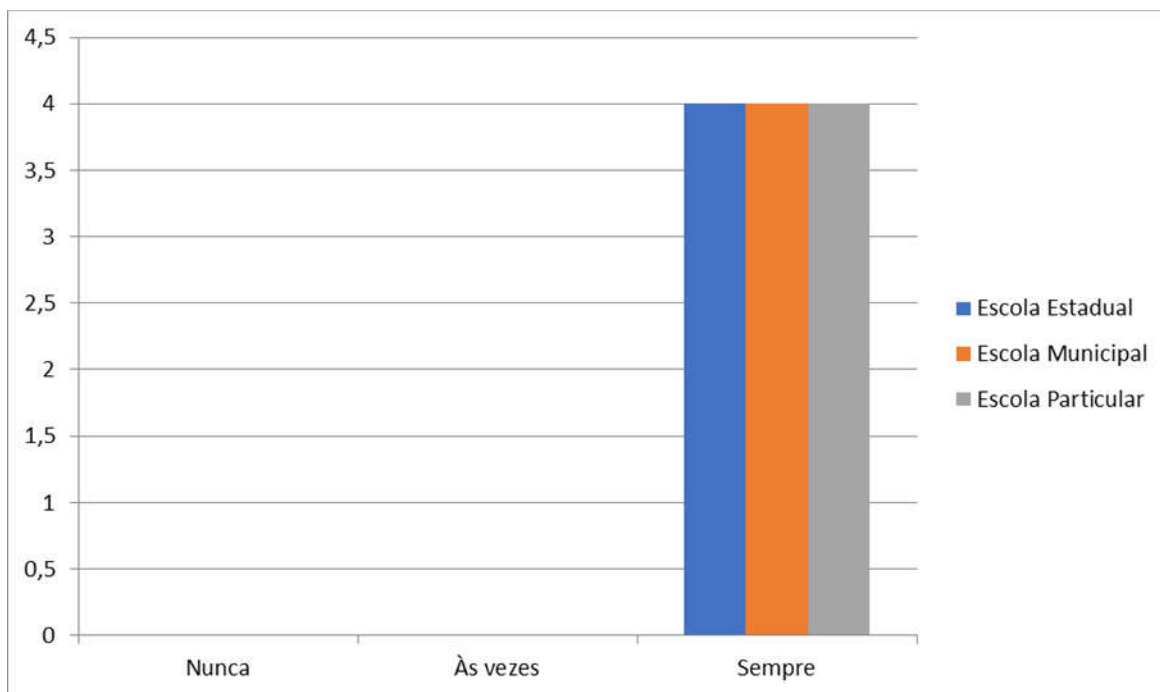
Fonte: autores (2015).

Percebe-se, por meio da análise do gráfico 2, que quando questionados sobre os tópicos avaliados na autoavaliação institucional, todos os entrevistados responderam que realizam a avaliação do aluno, a avaliação de desempenho do docente e a avaliação das condições físicas e materiais da instituição. Entretanto, somente as escolas públicas realizam a avaliação das séries, das disciplinas, do pessoal técnico-administrativo e da gestão escolar.

Pode-se inferir que nas instituições públicas há uma preocupação maior com a avaliação geral e mais ampla.

Quanto ao terceiro item analisado, procurou-se questionar a escola com relação à sensibilização para promover o acolhimento, a construção e a participação de todos no processo avaliativo. Entre as alternativas propôs-se: nunca, às vezes, sempre. Os resultados são apresentados no gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3: Sensibilização para participar do processo avaliativo



Fonte: autores (2015).

Como se pode observar, no gráfico 3, todos os entrevistados buscam sempre a sensibilização para promover o acolhimento, a construção e a participação de todos no processo avaliativo. Portanto, há uma preocupação com o bom desempenho desse processo.

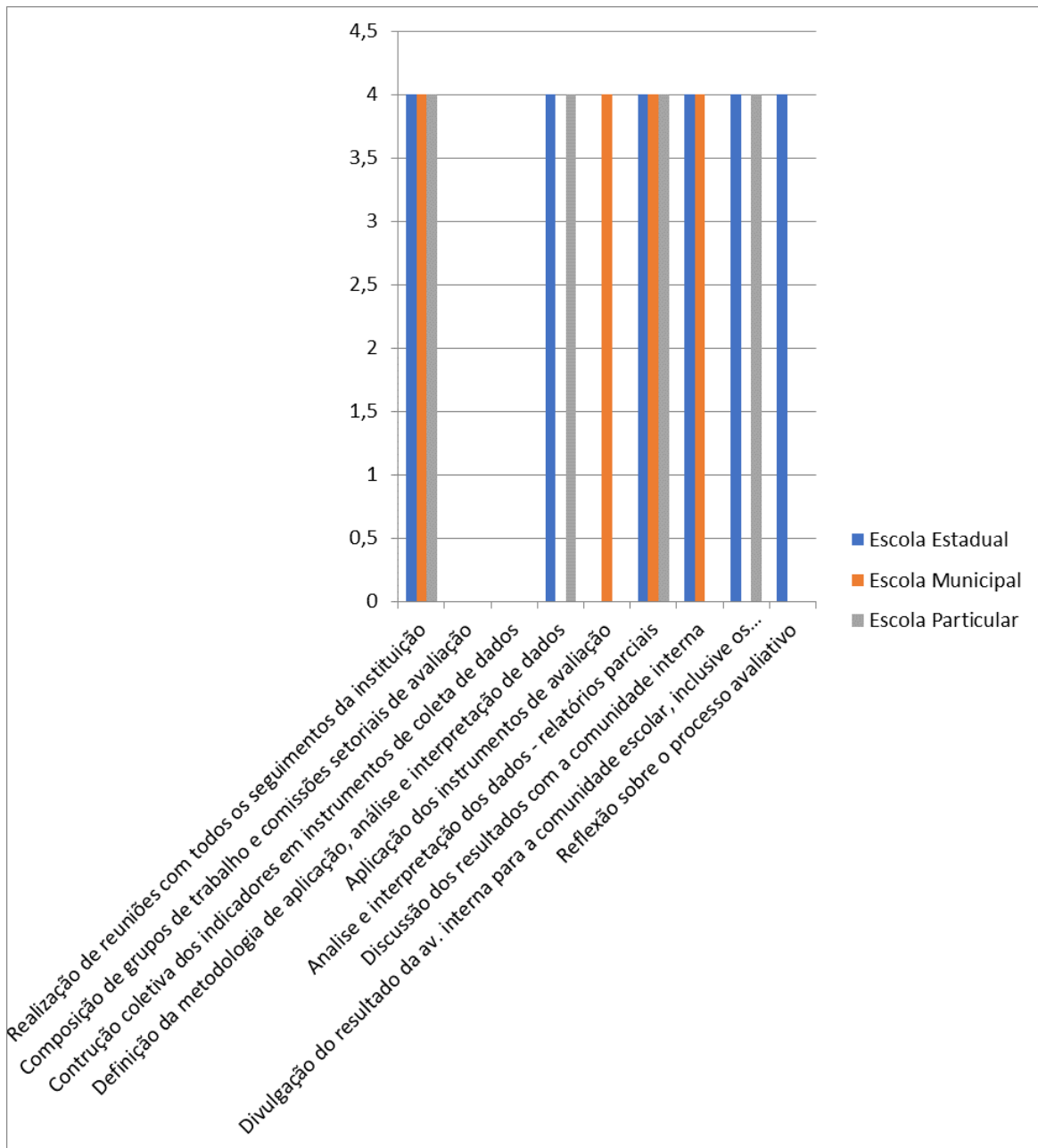
No tocante ao quarto item analisado, buscou-se interrogar a escola com relação às etapas de preparação e desenvolvimento da autoavaliação. Entre as alternativas sugeriu-se: realização de reuniões com todos os seguimentos da instituição; composição de grupos de trabalho e comissões setoriais de avaliação; construção coletiva dos indicadores e instrumentos de coleta de dados; definição da metodologia de aplicação, análise e interpretação dos dados; aplicação dos instrumentos de avaliação; análise e interpretação dos dados – relatórios parciais; discussão dos resultados com a comunidade interna; divulgação do resultado da avaliação interna para a comunidade escolar, inclusive aos responsáveis pelos alunos; reflexão sobre o processo avaliativo. Os resultados são apresentados no gráfico 4 abaixo.

Observa-se a partir da análise do gráfico 4 que:

- A totalidade dos entrevistados indicou a realização de reuniões com todos os segmentos da instituição, bem como, a análise e interpretação dos dados, apresentando relatórios parciais dos mesmos;
- Com relação à definição da metodologia de aplicação, análise e interpretação de dados e divulgação dos resultados da avaliação interna para a comunidade, percebe-se que apenas a escola estadual e a particular promovem essa ação;
- Já com relação à discussão dos resultados com a comunidade interna, somente a escola municipal e estadual realizam esta ação;

- Com relação à aplicação dos instrumentos de avaliação, somente a escola municipal promove essa ação e a reflexão sobre o processo avaliativo é desempenhado apenas pela escola estadual;
- Entretanto, nenhuma das instituições realiza a composição de grupos de trabalho e comissões setoriais e nem constroem coletivamente os indicadores e instrumentos de coletas de dados.

Gráfico 4: Etapas de preparação e desenvolvimento da autoavaliação



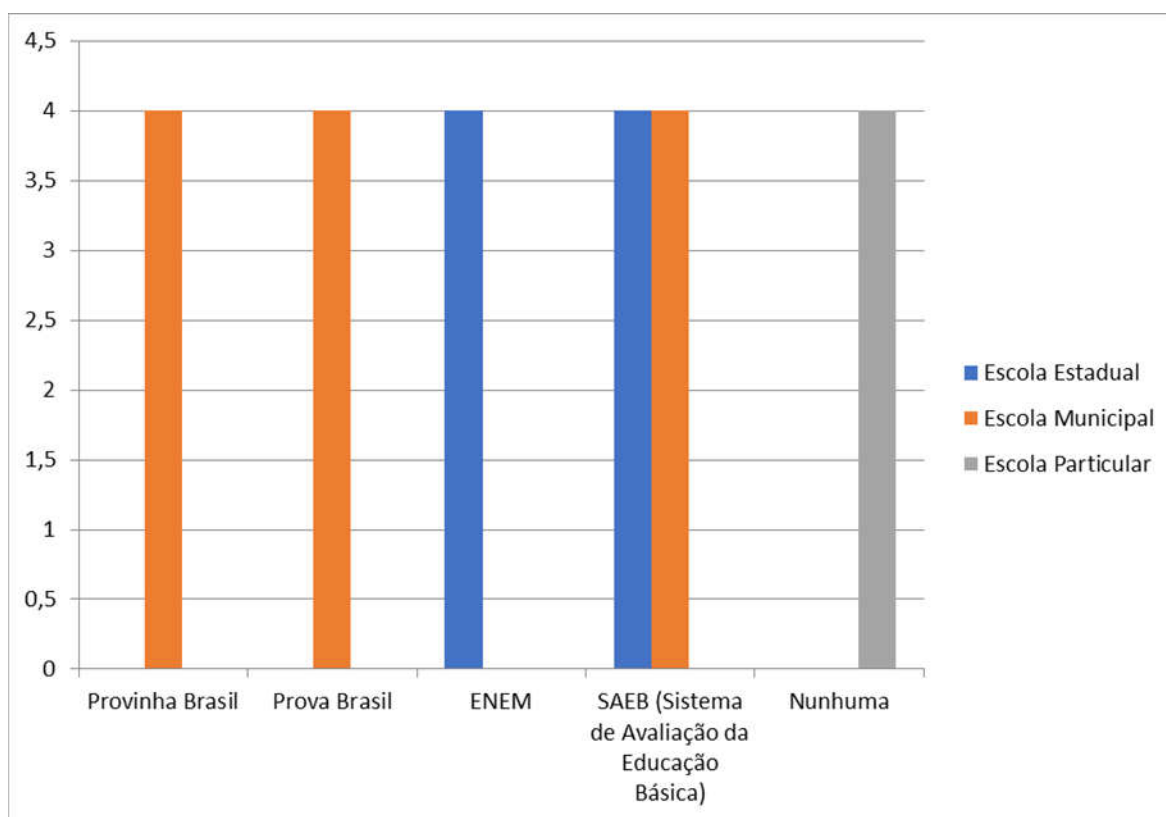
Fonte: autores (2015).

No que tange ao quinto item analisado, procurou-se questionar a escola com relação a quais avaliações nacionais externas ela participa. Entre as alternativas propôs-se: Provinha Brasil; Prova Brasil; ENEM; SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica); Nenhuma. Os resultados são apresentados no gráfico 5 abaixo.

Percebe-se, segundo a análise do gráfico 5, que a escola municipal participa de três sistemas de avaliação externa: a Prova Brasil, a Provinha Brasil e o SAEB. Já, a escola estadual participa da avaliação do ENEM e do SAEB. No entanto, a escola particular não participa de nenhuma avaliação externa.

Pode-se deprender desses resultados que as escolas públicas (estadual e municipal) estão mais sujeitas a avaliações externas do que a particular, pois há uma preocupação do Ministério da Educação (MEC) em avaliar as mesmas em busca de melhor qualidade do ensino. Já a escola particular, por ter seu regime de autonomia, pode não aceitar participar de avaliações externas.

Gráfico 5: Avaliações nacionais que participa



Fonte: autores (2015).

No que concerne ao sexto item analisado, buscou-se interrogar a escola com relação às ações que ela realiza após o resultado das avaliações externas. Os resultados são apresentados no abaixo.

As respostas da escola estadual foram: *realizar as mudanças necessárias junto aos professores e alunos, esclarecer a comunidade escolar sobre os resultados das avaliações e verificar o processo ensino-aprendizagem.*

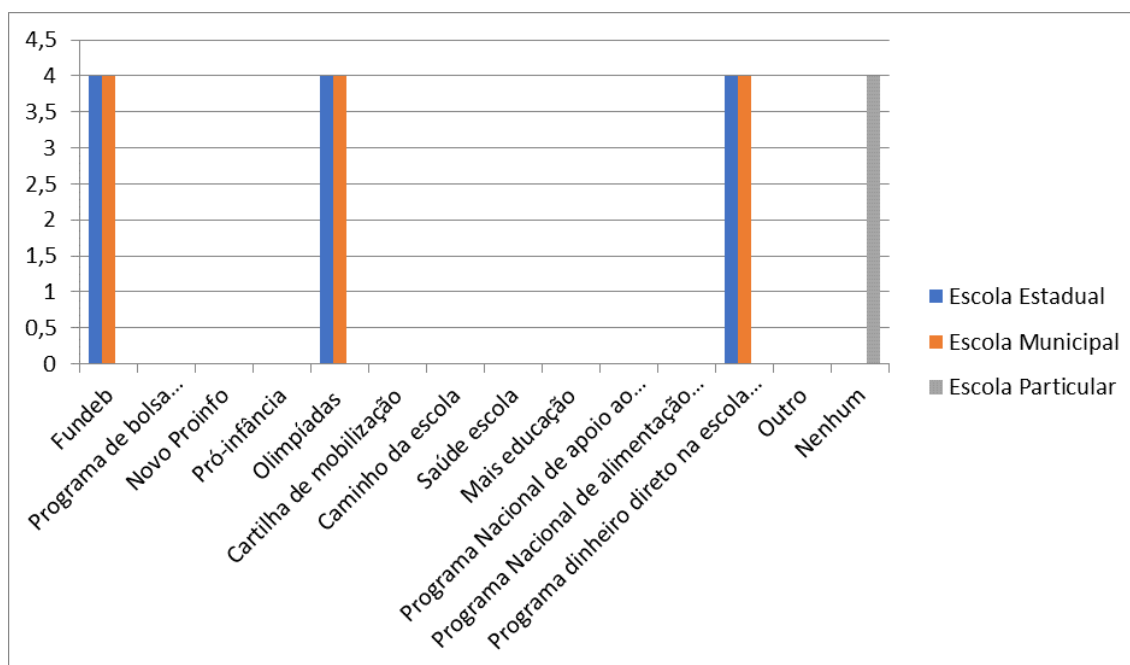
Já as respostas da escola municipal foram: *através de reuniões pedagógicas analisamos os gráficos e comparamos resultados.*

Outrossim, a escola privada não respondeu nada.

Com base nas respostas fornecidas pelas instituições públicas, percebe-se uma preocupação em esclarecer à comunidade escolar os resultados obtidos e buscar alternativas para que as mudanças necessárias ocorram. Além disso, é realizada a análise e comparação de dados de um ano para o outro. Entretanto, a escola particular pesquisada não forneceu dados com relação ao questionamento, uma vez que não se submete a avaliações externas.

No tocante ao sétimo item analisado, procurou-se questionar a escola com relação a sua participação em algum dos planos de metas do governo. Entre as alternativas propôs-se: Fundeb; Programa de bolsa institucional de iniciação à docência; Novo Proinfo; Pró-infância; Olimpíadas; Cartilha de mobilização; Caminho da escola; Saúde Escola; Mais Educação; Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate); Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Outro; Nenhum. Os resultados são apresentados no gráfico 6 abaixo.

Gráfico 6: Participação em planos de metas do governo



Fonte: autores (2015).

Observa-se, a partir da análise do gráfico 6, que a escola privada não participa de nenhum plano de metas do governo, em virtude de sua autonomia. Entretanto, as escolas públicas participam de planos e ações semelhantes ou iguais. Ambas recebem ajuda financeira do FUNDEB, participam das Olimpíadas e participam do Programa Dinheiro Direto na Escola.

CONCLUSÃO

Considerando a complexidade das avaliações institucionais e externas, procurou-se, neste

trabalho, descrever e comparar a percepção de grupos focais, constituídos por diretores, supervisores, professores e representantes do círculo de pais e mestres (CPM) de duas escolas públicas (uma municipal e outra estadual) e uma privada, do município de Restinga Sêca/RS, acerca de sua autoavaliação institucional articulada à avaliação externa.

Os resultados apontam que tanto as escolas públicas quanto a particular realizam sua autoavaliação institucional. Contudo, apenas as instituições públicas participam de avaliações externas e de planos de metas do governo.

Esse tipo pesquisa irá proporcionar novas possibilidades de reflexões, uma vez que depende ao mesmo tempo da postura profissional docente e também dos demais responsáveis envolvidos, para que se tenham mudanças mais profundas que realmente atinjam o objetivo almejado que é a melhoria da qualidade do ensino oferecido e sua efetividade.

Compreendendo que a avaliação, tanto externa como a institucional, são fundamentais para o processo ensino-aprendizagem, devem ser vistas como um segmento da proposta pedagógica que subsidia a construção do conhecimento, acompanha a ação pedagógica, norteia o planejamento, indicando caminhos de sucesso e superação de dificuldades no ensino e na aprendizagem.

A avaliação institucional, articulada à avaliação externa, deve constituir-se como um instrumento valioso a fim de que possa permitir às escolas reunir condições para avançar seus projetos pedagógicos, bem como contribuir de fato para que o processo ensino-aprendizagem avance e se tenha resultados mais satisfatórios.

REFERÊNCIAS

- BLASIS, E. de; FALSARELLA, A. M.; ALAVARSE, O. M. **Avaliação e aprendizagem: avaliações externas: perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino.** Coordenação de Eloisa de Blasis e Patricia Mota Guedes. São Paulo: Cenpec: Fundação Itaú Social, 2013.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto, PT: Porto, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Leis e Decretos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 30 ago. 2014.
- _____. Ministério da Educação. Comissão Nacional de avaliação do Ensino Superior (CONAES). **Orientações Gerais para o Roteiro de Auto-Avaliação das Instituições.** Brasília, 2004.
- _____. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do Ensino Médio, etapa I - Caderno VI: avaliação no ensino médio / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [autores: Ocimar Alavarse, Gabriel Gabrowski].** Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.
- DIAS SOBRINHO, J. **Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado.** Florianópolis: Insular, 2002.
- FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2007. 26 p. (Série Documental. Textos para Discussão, 26).
- FERREIRA, F. W. **Planejamento sim e não: um modo de agir num mundo em permanente mudança.** Prefácio: Paulo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.
- OLIVEIRA, R. P.; ARAÚJO, G. C. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à**

educação. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília, n. 28, jan. /abr. 2005.

OLIVEIRA, R. P. de. Avaliações externas podem auxiliar o trabalho pedagógico da escola? In: **EDUCAÇÃO: fazer e aprender na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2008. p. 230-237.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Sistema Estadual de Avaliação Participativa. Roteiro para avaliação institucional coletiva da SEDUC. Caderno SEAP; n. 4. **A avaliação institucional coletiva na Secretaria Estadual de Educação**. Porto Alegre, 2014.